



CONSULTA PRÉVIA

(nos termos do Código dos Contratos Públicos)

CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, PARA O MTV E SMASTV

ENTREGA DAS PROPOSTAS:

Até às 23:59 horas do dia 5º dia a contar do envio do Convite

O presente Convite contém 11 páginas, devidamente numeradas e foi aprovado pela Sra Presidente da Câmara Municipal por despacho de 17/04/2024 e pela Sra. Diretora Delegada dos SMAS por despacho de 19/04/2024, a ratificar pelo Conselho de Administração

A Presidente da Câmara Municipal

01 ENTIDADES ADJUDICANTES

As entidades adjudicantes são:

Câmara Municipal de Torres Vedras, doravante designada por CMTV, com o NIF: 502173653, tel.: 261310400, e-mail: geral@cm-tvedras.pt e endereço internet (URL) www.cm-tvedras.pt com a morada no Edifício Multisserviços, Av. 5 de outubro, 2560-270 Torres Vedras; e

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, doravante designados por SMASTV, com o NIF: 680015973, tel.: 261336500, e-mail: geral@smastv.pt e endereço internet (URL) www.smastv.pt com a morada no Edifício Multisserviços, Av. 5 de outubro, 2560-270 Torres Vedras.

02 DECISÃO DE CONTRATAR

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 36º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, a decisão de contratar foi proferida pela **Sra. Presidente da Câmara Municipal**, por despacho datado de **17/04/2024**, no âmbito de competências próprias que lhe são conferidas pela alínea g) do nº 1 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e alínea a) do nº 1 do artigo 18º do DL nº 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e pela Sra. Diretora Delegada dos SMAS por despacho de **19/04/2024**, a ratificar pelo Conselho de Administração

03 FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Adota-se o procedimento por consulta prévia, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 16º, conjugada com a alínea c) do nº 1 do artigo 20º, ambos do CCP, na sua atual redação, dado o valor do contrato ser inferior a 75.000,00€.

04 OBJETO DO PROCEDIMENTO

Pretende-se adquirir serviços de Revisor Oficial de Contas, para certificação de contas, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no caderno de encargos.

05 DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO AO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa **ACIN - Icloud Solutions, Lda**.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.

Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos:

Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “*acinGov*”. A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.

As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número **707451451**.

3. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em “**anúncios**” ou “**convites**”, acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu “**Pedidos**” poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

06 ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

07 ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. No **primeiro terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, os interessados **podem solicitar** os **esclarecimentos** necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, **devem apresentar uma lista** na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os **erros e as omissões das peças** do procedimento por si detetados, nos termos estipulados no art.º 50.º do CCP, através da plataforma eletrónica de contratação pública no menu “**Pedidos**”, funcionalidade de “**Pedidos de Esclarecimentos/Retificação**” utilizando a opção “**Criar pedido**”.

2. Até ao termo do **segundo terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas, júri do procedimento presta os esclarecimentos solicitados e o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre os erros e as omissões identificados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites

3. Os esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais, a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “**Pedidos de Esclarecimentos/Retificação**”, nos termos estipulados no art.º 50.º do CCP.

4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, bem como a decisão sobre os mesmos serão juntos às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados.

08 DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta será constituída pelos seguintes documentos:

a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o **modelo** constante do **Anexo I**;

b) **Declaração** de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante em **Anexo A** ao presente Convite;

c) **Proposta contendo o preço mensal por lote**, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo B** ao Convite;

2. **Deverá enviar com a proposta uma cópia da Certidão Permanente do Registo Comercial da Empresa** (e procuração, se aplicável) devidamente atualizada ou indicação do código de acesso para consulta.

3. Podem ser apresentadas propostas para um **ou** para os dois Lotes

4. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

6. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser apresentados como descrito no ponto 10 do presente Convite, sob pena de exclusão.

7. **Cada documento** da proposta deverá constituir, **preferencialmente**, um ficheiro autónomo.

09 IDIOMA DOS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

10 PRAZO E MODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. As propostas **devem ser apresentadas até às 23.59 horas** do 5º dia, a contar da data de envio do Convite.

2. A apresentação da proposta deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos números seguintes.

3. A apresentação da proposta ao presente procedimento será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa **ACIN Icloud Solutions, Lda**.

4. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “*Manuais e documentação de Apoio*”, no menu principal “*Ajuda*”.

NOTA: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados, **individualmente**, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o art.º 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

11 PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas durante o prazo de 66 dias, contados da data limite para a sua entrega.

12 PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

13 NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação

14 ADIANTAMENTOS POR CONTA DO PREÇO

Não podem ser propostos adiantamentos por conta do preço contratual referentes aos serviços a prestar

15 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.

2. São excluídas as propostas cuja análise revele qualquer das situações previstas no nº 2 do artigo 70º e nº 2 do artigo 146º, ambos do CCP.

16 PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

1. O preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
2. Caso o preço contratual seja passível de ser considerado anormalmente baixo, o Júri solicitará ao respetivo concorrente os esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito.
3. Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente pode tomar-se em consideração as justificações inerentes, designadamente as constantes no n.º 4 do art. 71.º do Código dos Contratos Públicos, entre outras.

17 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação é feita por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo avaliado com base no **mais baixo preço mensal apresentado**

18 CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. Em caso de empate das propostas apresentadas será realizado um **sorteio**, nos seguintes termos:
 - a) Serão convidados a estarem presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão fazer-se acompanhar de um documento comprovativo da qualidade em que atuam;
 - b) O sorteio será composto por tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1 e acondicionadas num saco preto;
 - c) Os representantes dos concorrentes devidamente credenciados no ato do sorteio, retiram do saco uma bola, sendo que a primeira bola a ser retirada será pelo concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
 - d) Em caso de ausência no sorteio ou havendo recusa em retirar a bola do saco por parte de um dos concorrentes, o mesmo será representado por um dos elementos do Júri, designado pelo Presidente do Júri;
 - d) Terminado o processo de extração das bolas, ficará em primeiro lugar a proposta que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;

e) Do ato será lavrada ata.

19 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo de 5 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos comprovativos a seguir elencados ou disponibilizar os respetivos códigos de acesso para a sua consulta online, quando possível:

a) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (**declaração de não impedimento**), conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;

b) Comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

c) Comprovativo de situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

d) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

e) Comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**.

2. Fixa-se o prazo de 2 dias úteis para supressão de qualquer irregularidade que possam apresentar os aludidos documentos.

20 CAUÇÃO

Não será exigida caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, dado o preço contratual, ser inferior a € 500.000,00.

21 DADOS PESSOAIS

Todos os dados pessoais a que o Município de Torres Vedras tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e que sejam objeto de tratamento, encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), sendo aplicável todas as regras relativas à transparência e ao exercício dos direitos dos titulares dos dados.

22 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e respetiva legislação regulamentadora.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e a alínea a) do n.º 1 do ponto 8 do Convite]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — **Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (ler a nota 3):**

- a)
- b)
- c)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do ponto 78do Convite]

_____, na qualidade de representante legal da entidade¹
_____, com o NIF ²_____, declara que a sua representada não se encontra abrangida pela previsão do número 3 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, não existindo, assim, qualquer causa de impedimento à sua contratação.

Mais declara, sob compromisso de honra, que a entidade representada não se encontrar impedida de receber o convite e de participar no presente procedimento, nos termos da previsão do n.º 6 do art.º 113º e n.º 2 do art.º 114 do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, não existindo, ainda, qualquer fator de impedimento à sua contratação, por força de entidades especialmente relacionadas consigo que pudessem estar impedidas de serem convidadas no mesmo procedimento pela entidade adjudicante.

Nota:

- A violação do disposto no nº 6 do art.º 113.º e n.º 2 do art.º 114 do CCP constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do referido Código.

3

¹ Caso se trate de pessoa coletiva

² NIF da entidade representada

³ Assinatura do representante legal

ANEXO B

Modelo de proposta

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do ponto 8 do Convite]

..... (1), contribuinte nº, depois de ter tomado conhecimento da consulta prévia para a aquisição de serviços de Revisor Oficial de Contas, a que se refere o convite enviado, obriga-se a prestar os serviços em conformidade com o estabelecido no Convite, Caderno de Encargos e os seus anexos, apresentando as seguintes condições:

Descrição	Parâmetro base mensal máximo s/IVA	Preço mensal proposto s/ IVA
Lote 1 – Serviços MTV	1.500,00€	
Lote 2 – Serviços SMASTV	800,00€	

Aos preços apresentados acresce IVA à taxa de ____%

Mais se declara que se compromete em tudo o que respeita à execução do presente contrato, aceitando integralmente e sem reservas o disposto no caderno de encargos e a cumprir o que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

..... (2) (Data assinatura)

Nota:

- Os preços mensais propostos não podem violar **os parâmetros base máximos** definidos em Caderno de Encargos, **sob pena de exclusão da proposta**

(1) Indicar o nome e sede da entidade;

(2) Assinatura do concorrente, pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva.